



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 22 de agosto de 2007

Ano 1 - número 18

## Nova metodologia utilizada nas perícias médicas precisa ser aperfeiçoada

Participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família, no último dia 15, reconhecem avanços no Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) - nova metodologia utilizada para definir os benefícios concedidos aos trabalhadores que passam por perícia médica. Entretanto, reconhecem também a necessidade de mudanças para aprimorá-la.

O secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, destacou a criação da comissão interministerial que terá, entre outras atribuições, a de receber críticas e sugestões para o aprimoramento do Nexo "A intenção é fazer da comissão um instrumento para aperfeiçoar o recém-criado Nexo e discutir possíveis ajustes na lei, a partir de sugestões de órgãos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Centro de



Gabas (D): a intenção do Ministério da Previdência é aperfeiçoar o recém-criado Nexo e discutir possíveis ajustes na legislação

Referência em Saúde do Trabalhador e o Ministério do Trabalho e do Emprego, entre outros", ressaltou Gabas.

Durante a audiência, o diretor executivo da CUT, Dary Beck Filho, disse que o Nexo é um instrumento positivo, que veio para garantir ao trabalhador um direito que não estava sendo garantido por causa das subnotificações. "É um direito positivo, porque vai possibilitar a caracteriza-

ção de empresas onde adocem mais trabalhadores do que o divulgado, e que estavam mascarando esses dados", observou Filho.

O representante da CUT pediu o fim do efeito suspensivo do auxílio-doença durante o afastamento do trabalhador. Segundo ele, essa norma cria uma série de problemas. "O objetivo desse efeito suspensivo é não penalizar a empresa por não usar

o Nexo que, por acaso, esteja errado. Vamos procurar outro método normativo, que garanta proteção às empresas por um possível Nexo errado", entendeu o diretor.

### Capacitação profissional

Para o coordenador do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador em São Paulo, José Carlos do Carmo, o Nexo Técnico Epidemiológico por ser uma nova metodologia, é fundamental que os médicos peritos passem por um programa de capacitação, para que possam melhor aplicá-lo. "O estabelecimento dessa relação é uma questão que envolve conhecimentos técnicos nem sempre muito simples de serem estabelecidos. Isto demonstra o quanto é importante a permanente capacitação dos peritos, assim como o estabelecimento de critérios de alta que sejam claros e transparentes e colocados para toda a sociedade", cobrou o coordenador.

SÔNIA BAIOCHI



Pepe Vargas

SÔNIA BAIOCHI

## Deputado defende capacitação continuada dos profissionais

O deputado Pepe Vargas (PT-RS), que requereu a audiência, concorda com José Carlos do Carmo de que o perito médico precisa de capacitação contínua. "Qualquer profissão ou especialidade na área da Saúde precisa daquilo que a gente chama de educação médica continuada. Ninguém que sai de uma universidade e faz uma espe-

cialização pode achar, em um momento, que sabe tudo. A formação permanente é fundamental para a capacitação continuada dos profissionais da área da saúde. Isso vale para o médico perito, para o cardiologista, para o pediatra, para o médico que faz medicina geral. Sem educação médica continuada, nós não teremos, nunca, um serviço de quali-

dade", reforçou Vargas.

O deputado destacou a fiscalização como uma importante modificação do Nexo Técnico. "Ele beneficia a empresa que está investindo em programas preventivos. O objetivo do Nexo é garantir o direito do trabalhador, reconhecer a boa empresa e punir a empresa que não está agindo de forma correta", ressaltou.



# Seguridade vai debater psoríase e vitiligo

A Comissão de Seguridade Social vai realizar, nesta quinta-feira (23), audiência pública para debater a ocorrência da psoríase e do vitiligo no Brasil.

A autora do requerimento de realização da audiência, deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), esclarece que o Ministério da Saúde não possui um órgão técnico específico em vitiligo e psoríase. Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) só fornece um tipo de medicamento para ambos os tratamentos, apesar de existirem técnicas mais avançadas que precisam ser viabilizadas.

Segundo a deputada, os portadores de psoríase e de vitiligo possuem qualidade de vida muito ruim, mas podem se tornar pessoas mais sociais e felizes se forem tratados de forma adequada. Diante disso, faz-se imprescindível um amplo debate sobre a questão, ouvindo as reivindicações



Solange Almeida

das associações dos portadores dessas doenças e a posição do Ministério da Saúde sobre a eficácia do tratamento atualmente oferecido pelo SUS e as perspectivas para inserção no sistema de novas tecnologias, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida tanto dos portadores de psoríase como dos de vitiligo.

## Histórico

A psoríase é uma doença

crônica inflamatória da pele, não contagiosa, que atinge indistintamente homens e mulheres, sendo mais frequente na raça branca. É uma doença genética, podendo se manifestar em qualquer fase da vida, além de ser bastante comum: afeta de 1 a 3% da população mundial. Caracteriza-se pelo aparecimento de lesões róseas ou avermelhadas, recobertas de escamas secas e esbranquiçadas que aparecem, em geral, no couro cabeludo, cotovelos e joelhos, podendo em alguns casos, se espalhar por toda a pele.

Já o vitiligo é uma doença que se caracteriza pela diminuição ou falta de melanina (pigmento que dá cor à pele) em certas áreas do corpo, gerando manchas brancas nos locais afetados. As lesões do vitiligo podem aparecer em partes isoladas do corpo ou espalharem-se pelo corpo todo, atingindo

principalmente as genitais, cotovelos, joelhos, face e extremidades inferiores e superiores.

## Convidados

Participarão da audiência a coordenadora do Ambulatório em Psoríase e do Vitiligo no Brasil, Gladys Ayres Martins; a presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, Gladis Lima; a coordenadora da Associação Brasileira de Estudos e Assistência às Pessoas com Psoríase, Sílvia Valli Gibral de Oliveira; o presidente da Associação dos Portadores de Psoríase do Estado do Rio de Janeiro, Maximilian Santos Gama; a presidente da Associação dos Portadores de Psoríase do Estado de São Paulo, Luci Grassi; e a coordenadora de Suporte às Ações de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Eva Ferraz Pontes.

A audiência vai acontecer no Plenário 7, às 9:30 horas.

## Comissão vai discutir projeto que descriminaliza o aborto

A Comissão vai realizar, no próximo dia 29, a segunda audiência pública para debater o Projeto de Lei 1135/91, de autoria dos ex-deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, que descriminaliza o aborto provocado pela própria gestante ou com o seu consentimento. Atualmente, a legislação prevê, para esses casos, pena de detenção de um a três anos.

Participarão do evento a advogada membro da Comis-

são de Defesa da República e da Democracia da OAB-Sessão São Paulo Gisela Zilsch; a coordenadora da ONG Católica pelo Direito de Decidir, Maria José Rosa Nunes; o subprocurador geral da República, Cláudio Fonteles; e o professor de direito constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Daniel Sarmento.

O relator do projeto, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), está pre-ocupado com as contra-

dições dos dados referentes ao aborto no Brasil. "As estatísticas não conseguem responder quem são as mulheres que se submetem a aborto, o porquê e como fazem. Daí a necessidade de obter dados oficiais, para subsidiar o parecer que pretendo concluir até o fim do ano", ressaltou Mudalen.

Mudalen lembra que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defende a necessidade do debate sobre a legalização do abor-

to. "Na avaliação do ministro Temporão, o aborto clandestino é um problema de saúde pública", observou o relator. Dados do Ministério da Saúde reforçam esta tese. A maioria dos municípios brasileiros não dispõe de métodos contraceptivos adequados. Segundo a pesquisa, somente 53% dos municípios oferecem camisinha à população, e 47%, pílula.

A audiência vai acontecer no Plenário 7, às 9:30 horas.

## EXPEDIENTE

### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**  
1º Vice-Presidente: **Alceni Guerra (DEM-PR)**  
2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**  
3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

Secretário da Comissão: **Wagner Padilha**  
Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787  
Produção, Edição e Diagramação:  
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II  
Pav. Superior, Ala A, Sala 143  
<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>  
E\_mail: [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

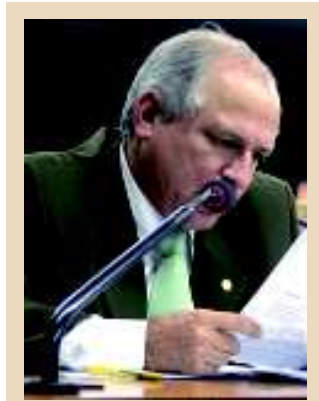
## Resultado da reunião ordinária do dia 15/08/07

## Comissão aprova obrigação de registrar alimento dietético junto à autoridade sanitária competente

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei 4374/04, do deputado Ricardo Barros (PP-PR), que aplica aos alimentos dietéticos as mesmas exigências que a vigilância sanitária estabelece para os medicamentos.

Segundo o texto aprovado, os rótulos dos produtos dietéticos deverão incluir informações sobre a sua composição qualitativa e quantitativa; os nomes químicos genéricos e a quantidade dos componentes básicos; as taxas e teores de componentes de produtos para dietas de restrição; e a quantidade de calorias por unidade de peso ou volume do produto.

O projeto também proíbe



Roberto Britto

que os produtos dietéticos sejam identificados, por qualquer forma, como produtos naturais, salvo se a composição for integralmente constituída por componentes naturais. O PL proíbe ainda que os adoçantes artificiais sejam produzidos ou

comercializados com a associação de ingredientes artificiais e naturais.

De acordo com o relator, deputado Roberto Britto (PP-BA), a proposta, além de promover alterações na legislação, para melhoria da proteção do consumidor, ela constitui instrumento importante de controle prévio acerca daquilo que será disponibilizado ao consumo humano. “Pode se esperar redução dos riscos sanitários presentes nestes produtos, com conseqüente benefício à saúde individual e coletiva”, destacou Britto.

### Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Comissão vai investigar recursos da União destinados a Guarulhos

Outro item aprovado pela Comissão foi a Proposta de Fiscalização e Controle 7/07, apresentada pelo presidente da comissão, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP). Com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), a comissão vai verificar se os recursos da área de Saúde transferidos pelo governo federal para o município de Guarulhos estão sendo, realmente, aplicados na área de saúde.

Mudalen informou que a prefeitura de Guarulhos movimentou, em 2006, cerca de R\$ 300 milhões na Saúde - recursos destinados a 81 estabelecimentos de saúde beneficiados por tais recursos. “Considerando o grande volume de recursos envolvidos, e a quantidade de convênios realizados, é de extrema importância que a Comissão de Seguridade, com o auxílio do TCU, proceda fiscalização para que todos os gastos custeados pelo governo federal em Guarulhos sejam esclarecidos à sociedade que paga seus impostos”, ressaltou Mudalen.

### Tramitação

A comissão determinará que o TCU encaminhe a fiscalização e, ao final, apresente as conclusões do procedimento. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), relator da matéria, vai elaborar um relatório final em que poderá solicitar providências, como o encaminhamento da fiscalização ao Ministério Público e à Corregedoria-Geral da União (CGU).

## Aprovada regulamentação da profissão de podólogo

A Comissão aprovou também o Projeto de Lei 6042/05, do ex-deputado José Mentor, que regula a profissão de podólogo. De acordo com o texto, o podólogo deverá estar apto a diagnosticar e tratar doenças do pé, além de orientar os pacientes sobre medidas preventivas.

O PL prevê ainda que os podólogos poderão responsabilizar-se tecnicamente por consultórios, clínicas, laboratórios de órteses, estabelecimentos e hospitais com ambulatório de podologia, podendo promover vendas de produtos de uso podológico.

Na opinião de Mentor, a regulamentação vai impedir que pessoas sem conhecimento técnico prestem ser-

viços, colocando em risco a saúde dos portadores de patologias. Segundo estimativas citadas pelo autor, 60 milhões de brasileiros necessitam hoje de atendimento podológico. “A situação atual é agravada pelo fato de esses profissionais concentrarem-se na esfera privada, em face da escassez de recursos do setor público”, afirma Mentor.

### Conselho

O projeto determina ainda a criação dos conselhos federal e regionais de podologia, para disciplinar e defender a classe. A renda dos Conselhos Federal e Regionais só poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional.

A profissão só poderá ser exercida por quem possuir diploma de habilitação profissional expedido por escolas que ministrem cursos de graduação em podologia. O profissional deverá manter ainda registro nas secretarias estaduais de saúde e nos centros de vigilância sanitária. Aqueles que exercem a profissão há mais de cinco anos, registrados nos centros de vigilância, poderão continuar exercendo a atividade sem a necessidade do curso superior.

### Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## Participantes do II Fórum de Promoção Integral da Saúde cobram regulamentação da Emenda 29

Debatedores do II Fórum de Promoção Integral na Área da Saúde, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família e pela Frente Parlamentar da Saúde, foram unânimes na defesa da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que obriga União, Estados e Municípios a investirem percentuais mínimos na área da Saúde.

A consultora do Departamento de Economia do Ministério da Saúde Ana Cleusa Serra Mesquita entende que existe uma defasagem na destinação de recursos da União para a Saúde. “A arrecadação federal aumenta ano após ano, mas o orçamento para a Saúde tem sido estável, o que significa que os recursos não conseguem ser recompostos”, ressaltou Ana Mesquita.

Única voz destoante, o analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento Euler Albergaria de Melo disse que a regulamentação da Emenda 29 pode melhorar a saúde, mas acarretaria problemas para outras áreas. “Se o PLP 1/03 for aprovado do jeito que está, o orçamento para a Saúde terá um acréscimo de R\$ 21 bilhões



Os participantes do Fórum defenderam um modelo de saúde integral, em que o cidadão deve ser atendido por profissionais de todas as áreas

por ano pelos cálculos atuais. Entretanto, esses recursos serão retirados de outras áreas que também merecem a atenção, como saneamento, habitação e assistência social”, enfatizou Melo. Segundo ele, os gastos públicos precisam ser analisados em uma perspectiva abrangente. “Não se pode focalizar uma única área, mesmo sendo a de Saúde. A sociedade tem outras necessidades e os recursos devem ser distribuídos para atender a todas as demandas sociais”.

O modelo do SUS é bom, e o sistema funciona satisfatoriamente, porque tanto a União como os Municípios

cumprem de forma organizada suas atribuições constitucionais avaliou o secretário estadual de Saúde de Sergipe, Rogério Carvalho Santos. Na avaliação do secretário, os Estados são os grandes devedores da reforma sanitária. Ele propôs a criação de comissões interregionais, em cada estado. “O caminho é definir padrões regionais para o atendimento integral à Saúde, por meio de uma lista unificada para o acesso dos usuários do SUS”, afirmou Santos.

Durante o evento, o presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), defendeu a regulamen-

tação da emenda 29 como a principal pauta do Congresso. “O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior plano de saúde do mundo. Veio para ficar, mas está enfrentando problemas de subfinanciamento”, ressaltou Perondi. Ele pediu o apoio dos conselhos para pressionar o Congresso e o presidente Lula pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 1/03, que regulamenta a Emenda 29 e está pronta para ser votada na Câmara.

### Consenso

Os participantes do Fórum defenderam o atendimento do paciente com equipes multiprofissionais nos centros do SUS. No modelo de saúde integral, o cidadão é atendido por profissionais de todas as áreas, não apenas nos momentos em que ela está doente. Eles entendem que é preciso modificar a educação para que os profissionais sejam formados com essa visão de atuação em conjunto. A professora de Fisioterapia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vera Maria da Rocha, observou que os conselhos precisam colocar à disposição dos profissionais já formados a discussão sobre esse tema.



Rogério Carvalho Santos

*“A União e os Municípios cumprem de forma organizada suas atribuições constitucionais. Já os Estados são os grandes devedores da reforma sanitária”*

*“O Sistema Único de Saúde é o maior plano de saúde do mundo. Veio para ficar, mas está enfrentando problemas de subfinanciamento”*



Darcísio Perondi